**DEMANDAS SOCIAIS DOS/AS COOPERADOS/AS DA COOPERVAÍ – COOPERATIVA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE PARANAVAÍ**

Jessika Naftali de Andrade da Silva – UNESPAR[[1]](#footnote-1)

Unespar/*Campus* *Paranavaí*

Teone Maria Rios de Souza Rodrigues Assunção

Unespar/*Campus* *Paranavaí*

Modalidade: Pesquisa

Programa Institucional: PIBIC

Grande Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicada

**INTRODUÇÃO**

Este ensaio, fruto da pesquisa de Iniciação Científica desenvolvida no período de setembro de 2023 a agosto de 2024, teve como proposta inicial identificar junto aos/as recicladores/as cooperados/as da Cooperativa de Materiais Recicláveis de Paranavaí (COOPERVAI), quais as necessidades vivenciadas no âmbito do trabalho realizado na cooperativa.

As aproximações realizadas demonstraram que o desenvolvimento capitalista promove a articulação com o crescimento da pobreza, tratada como “pauperismo”, e que, a cada momento histórico é marcada pelo contexto de crise estrutural do capital que acirra a relação capital/trabalho, seja pelo desemprego ou informalidade. Neste sentido, a Coopervaí, para o grupo de cooperados se apresenta como uma estratégia de enfrentamento as dificuldades de inserção formal no mercado de trabalho.

A literatura contemporânea descarta a pobreza e o pauperismo como sendo uma questão estrutural e a justifica exclusivamente à aplicação do receituário neoliberal. A realidade, no entanto, tem continuamente desmentido as supostas possibilidades defendidas pela perspectiva conservadora, inclusive em razão do aprofundamento da crise do capital, analisada entre outros autores como Mandel (1969), que apontam para a incontrolabilidade crescente do sistema do capital, o que conduz à tendência de uma maior exploração do conjunto da classe trabalhadora, objetivando-se, com isso, retomar taxas de lucro que satisfaçam às necessidades internas do próprio capital.

Neste sentido, se compreende como o crescimento do pauperismo, recoloca continuamente, o desvelamento das nuances desta realidade, na qual ficam fortemente comprometidas as possibilidades de existência da classe trabalhadora.

Na mesma perspectiva a compreensão evidente, é que o trabalho da Coopervaí, na coleta de materiais recicláveis é a exploração da força de trabalho, isto é, relações sociais que se entrelaçam e consolidam cada vez mais a ‘’naturalização’’ da desigualdade social.

**MATERIAIS E MÉTODO**

A metodologia utilizada foi através de pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa. Para tanto, recorreremos a revisão de literatura a partir de livros clássicos como “O capital” de Marx e ‘’Reforma e Revolução’’ de Rosa Luxemburgo, em destaque ao capítulo com titulação: ‘’Os Sindicatos, as Cooperativas e a Democracia Política’’, nas formas física e/ou digital. Adotou-se a realização de fichamentos a partir das leituras, que subsidiaram na compreensão científica do objeto proposto. A aproximação com esses referenciais possibilitou o desvelar da realidade e construção do referencial teórico para publicação em eventos científicos.

**RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados alcançados estão efetivados na busca obtida do desvelar da problemática, sob a perspectiva materialista dialética das mudanças ocorridas na sociedade capitalista e como tem atingido a classe trabalhadora de modo geral, dificultando a inserção no mercado de trabalho e corroborando para pauperização. Frente a isto a Coopervaí -Cooperativa de Materiais Recicláveis de Paranavaí, é para o grupo de cooperados uma estratégia de enfrentamento as dificuldades de inserção formal no mercado de trabalho.

O termo ‘’pauperismo’’ refere-se a péssimas condições de vida, significa pobreza demasiada, e foi identificado em modos de produção anteriores ao modo capitalista, de forma que, ao resgatar a sua origem, observou-se que este se constitui, do emergir da problemática que se desenvolve na história da Europa Ocidental que experimenta a primeira onda industrializante iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII conforme sinaliza de industrializaçâo, (Netto, 2009), e nas relações sociais capitalistas atuais podemos observar que a acumulação desenfreada promove cada vez mais a barbárie social, e, transforma diariamente a forma de viver dos sujeitos.

Pode-se compreender, que a pauperização acompanhou, assim, junto a classe trabalhadora, a formação da própria sociedade capitalista, que com sua produção em abundância, viabilizada pelo contínuo desenvolvimento das forças produtivas, caminhou no sentido inverso ao da fruição da vida, como aponta Marx no *Manifesto Comunista* (1996). Ao contrário do que ocorria em outras formações sociais, na sociedade capitalista a miséria social não decorre da impossibilidade de produção de modo a suprir as necessidades da classe trabalhadora, decorre fundamentalmente das relações de exploração presente no modo de produção capitalista (Netto, 2009).

Ainda no *Manifesto Comunista* (Marx, Karl; Engels, Friedrich, 1996), nos apresenta que desde as mais remotas épocas de toda história, a sociedade é pautada na história das lutas de classes. Esse antagonismo não foi diferente na era feudal, muito ao contrário, foi nesse período que se acirrou ainda mais as condições de opressão vivenciada pela sociedade da época. Toda etapa de evolução da burguesia foi acompanhada pelo desenvolvimento político que se estabeleceu no período manufatureiro como soberania exclusiva no Estado representativo moderno. A burguesia trouxe um ato revolucionário para a sociedade, rasgando o homem feudal de suas ilusões religiosas, política e econômicas, e instaurou uma exploração aberta, direta e reduziu as relações humanas em relações monetárias. Aglomerou a população, centralizou os meios de produção nas mãos de poucos, centralizou a política na mão de um só governo, uma só lei, com base em um só interesse nacional: exploração do proletariado (Marx, Karl; Engels, Friedrich, 1996). Baseado no antagonismo entre as classes - dominante e oprimida – no processo de desenvolvimento capitalista, a classe trabalhadora cada vez mais se vê empurrada a condições paupérrimas.

O modo de produção capitalista na atual fase neoliberal, tem se transformado aos interesses de sua própria reprodução, o trabalhador, fruto da interlocução capital/trabalho - dono apenas de sua força de trabalho - se vê, à mercê da pauperização e da dificuldade de inserção no mundo do trabalho através de empregos formais. Esse cenário tem agravado o modo de vida da classe trabalhadora, e culminado na intensificação das expressões da questão social[[2]](#footnote-2) bem como na maneira que as relações sociais nas áreas urbanas têm se configurado.

O consumo capitalista e descarte de materiais recicláveis representam uma questão estrutural na sociedade, e a atuação do Estado nas relações existentes no mundo do trabalho, são complexas, como resultado o desemprego e informalidade, que culminam no crescimento dos trabalhadores que buscam na Coopervaí uma “possibilidade” de trabalho. Todavia, ocupar-se através do trabalho reciclado, é apenas mais uma das formas de precarização do trabalho, tendo em vista que os/as cooperados/as catadores são classe trabalhadora, atingidos pelas expressões da questão social, necessitam de proteção social por parte do Estado. Fez-se necessária a compreensão do aparato de medidas que garanta a seguridade trabalhista desses trabalhadores, já que o modo de exploração capitalista se coloca incontrolável no acúmulo de riquezas, com impactos no crescimento do pauperismo.

Levando em consideração o desdobramento do neoliberalismo, a pauperização no século XXI, enquanto uma das consequências predatórias promovida na atual fase, se assemelha ao mesmo pauperismo analisado por Marx no contexto europeu no século XVIII, em que fica evidente a pressão capitalista por mais extração de lucro possível da força de trabalho, sem qualquer barreira ética e numa velocidade desenfreada.

Essa demarcação, se manifestou de forma violenta nos últimos anos, se vincula a uma onda conservadora global demandada pelo próprio aparato de Estado capitalista, sob a supressão de direitos sociais e trabalhista que foram duramente conquistados ao longo da história. Se de um lado temos o número crescente de trabalhadores informais, desempregados, precarizados ao redor do mundo, de outro, temos a emergência frente a concorrência milionária pelo acúmulo do capital.

Tal processo nos remete, ao contexto brasileiro dos últimos 30 anos, após a promulgação da Constituição Federal, em 1988, a necessidade que se deu na formulação de políticas sociais que atendesse as mazelas das pessoas mais empobrecidas, porém, os resultados, em destaque ao governo Lula e início do governo Dilma (2003 - 2016), foram paliativos a ordem capitalista, já que o capital é um sistema incontrolável e a pobreza é inerente a ele, não é possível, portanto, a sua redução progressiva ou sua erradicação.

A facilidade objetiva que passou a existir nos mercados financeiros globais, estimulou uma ‘onda’ universal onde a alta concentração produtiva surtiu efeitos antagônicos a classe trabalhadora, intensificando as demandas da população paupérrima, passando a depender cada vez mais da intervenção do Estado, e os conflitos na luta pela construção de medidas que suprissem suas necessidades básicas. Esse, porém, não foi pautado de recursos que possibilitasse a lógica de igualdade entre a sociedade, desembocando na incidência da desigualdade social, que se permeou enquanto estrutural ao sistema capitalista (Santos, 2017).

Consolidou-se, assim, a fase neoliberal do capitalismo, a incidência das manifestações da Questão Social, como o aumento da pobreza, a precarização, a redução das políticas públicas e sociais, e a pauperização. Tais contradições, que foram se aprofundando, teve suas configurações, frente a precarização na garantia de trabalho formal, a coleta de materiais reciclados como estratégia de sobrevivência desses trabalhadores, no intuito de ‘’disfarçamento’’ a inserção no exército industrial de reserva. Sobre esses trabalhadores, que esperam por uma oportunidade no mercado de trabalho, Marx coloca que o crescente número de desempregados, é fundamental para o processo de manutenção e reprodução do capital.

Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou desenvolvimento da riqueza com base no capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta (Marx, 2017, p. 707).

Assim, não será o Estado capitalista a possibilitar a igualdade social, para Mandel em *O Capitalismo Tardio* (1982), o Estado se apresenta enquanto produto da divisão social do trabalho, sendo constituído pelas relações sociais construídas no próprio processo histórico da sociedade, e se faz necessário enquanto dinamizador em torno das classes. Esse caráter dinamizador, aponta para variável onde as funções superestruturais do Estado são resumidas aquelas que visam garantir a produção e a reprodução da estrutura social de dominação, ou seja, atender as demandas paupérrimas - camada mais pobre da sociedade, a fim de perpetuar sua presença da classe dominante no poder.

A reorganização do mundo do trabalho é uma condição que se instaura no capitalismo na fase neoliberal contemporâneo, e tem como pano de fundo o processo de reestruturação produtiva, que tem surtido efeitos negativos das mais adversas condições possíveis na classe trabalhadora. Dentre essas condições, uma parcela de trabalhadores desenvolve suas atividades laborativas de maneira precária e insalubre, constituindo uma das consoantes do neoliberalismo: o desemprego e a informalidade em detrimento da extração do mais valor.

Desde o final do século XX, a partir da década de 1970, quando ocorre a crise estrutural ao modo de produção capitalista e a restauração econômica, política e ideológica, que promove o fim do estado de bem estar social nos países da Europa e Estados Unidos, o esgotamento do *fordismo[[3]](#footnote-3),* aliado as idéias de Keynes[[4]](#footnote-4) que deu nome aos ‘’anos gloriosos’’ que se estabeleceu ao redor do mundo, foi uma das consequências da referida crise. Nasce, assim, segundo Ricardo Antunes[[5]](#footnote-5) (2019) uma ‘’legislação social predatória’’, novas inovações sociais, organizacionais e tecnológicas à produção capitalista, que se elevou a substituição de trabalho vivo por trabalho morto[[6]](#footnote-6), trouxe um número expressivo para a classe trabalhadora, de desemprego, precarização do trabalho – reformas previdenciárias e trabalhistas - e informalidade.

Pode-se constatar, portanto, de um lado, um efetivo processo de intelectualização do trabalho manual. De outro, e em sentido inverso, uma desqualificação e mesmo subproletarização, expressa no trabalho precário, informal, temporário etc. Se é possível dizer que a primeira tendência seria mais coerente e compatível com o avanço tecnológico, a segunda tem sido uma constante no capitalismo dos nossos dias, dada a sua lógica destrutiva, o que mostra que nem o operariado desaparecerá tão rapidamente e, o que é fundamental, que não é possível visualizar, nem mesmo num universo mais distante, a eliminação da classe-que-vive-do-trabalho (Antunes, 1996, p. 286).

Ainda para Antunes (2019), a realidade que entrelaça o momento neoliberal, coloca a classe trabalhadora de maneira diversificada, heterogênea e fragmentada. Ele compreende que nesse contexto vai se incorporando à classe trabalhadora não apenas trabalhadores produtivos, que produzem diretamente a mais-valia e participam diretamente do processo de valorização do capital, mas também os trabalhadores improdutivos, sendo aqueles que não participam diretamente do processo de valorização do capital e mais valia, todavia oferecem serviços que são utilizados tanto pelo capitalista, tanto por uso público. Denota assim, os assalariados do setor de serviços, o proletariado rural, o proletariado precarizado, terceirizados, da chamada ‘’economia informal’’ (Antunes, 2019).

Essa totalidade de trabalhadores que foram se formando no século XX, foi se constituindo a classe trabalhadora atual, quer estejam diretos ou indiretamente subordinados ao capital, inseridos no mercado de trabalho formal ou informal, com acesso ou não a direitos trabalhistas, empregados ou desempregados, porém são sujeitos, de qualquer forma, às condições impostas pelo capitalismo global e suas consequências destrutivas sobre o conjunto dos trabalhadores.

A sociedade capitalista se configura na necessidade, na carência, porém, as demandas sociais surgem a partir da situação popular e, podem envolver a falta de escolarização e qualificação, a concorrência e dificuldades no alcance de postos de trabalho, além da urbanização crescente que evidencia os mais diferentes problemas associados à infraestrutura urbana, violência, entre outros fatores, tudo isso aponta para que determinadas frações da classe trabalhadora otimize a busca de soluções para seus atuais problemas, já que o capitalismo se beneficia da ‘’normalização’’ dessas mazelas, como citamos acima, as diferenças sociais, com o discurso da existência do rico e pobre, dominado e dominante, é algo ‘normal’ e apenas consequência do insucesso e incapacidade do indivíduo, no caso a classe trabalhadora.

Neste sentido, à luz do exposto, se compreende como o crescimento do pauperismo, recoloca continuamente, o desvelamento das nuances desta realidade na qual ficam fortemente comprometidas as possibilidades de existência da classe trabalhadora. Portanto, o problema que se coloca como central para a investigação é a apreensão da complexidade das relações sociais que se estabelecem, bem como as demandas sociais do grupo de cooperados/as da Coopervaí. Fundada no ano de 2003 sob a forma de cooperativa mista civil de responsabilidade limitada sem fins lucrativos, tendo como escopo, uma sociedade cooperativa, com base na colaboração recíproca entre seus sócios e nos princípios do cooperativismo autogestionário, tem o objetivo de promover, desenvolver, defender e assegurar os interesses econômicos e o bem-estar socioeducativo de seus associados.

Portanto, nos leva questionar: qual o respaldo que os trabalhadores da cooperativa estão recebendo em relação as demandas sociais a qual são submetidos?

Na totalidade do Capital, nota-se que, trabalhar na reciclagem de materiais é o meio que esses trabalhadores encontram para reproduzir sua força de trabalho em um momento de escassez de emprego, além disso, agrega a ideia de autonomia e flexibilidade, todavia, essas são características resultantes das nuances do próprio capital, que, na medida em que os materiais são coletados e reciclados, constitui em matéria – prima para a produção de novas mercadorias.

Frente a isto, fica evidente, que o trabalho da Coopervaí, na coleta de materiais recicláveis é a exploração da força de trabalho, isto é, relações sociais que consolida cada vez mais a ‘’naturalização’’ da desigualdade social, do desemprego e informalidade, que são fatores imbricados e necessários à ordem do capital na extração do mais valor. Assim, a reciclagem é necessária para que o capital tenha garantido e potencializado o lucro, já que, a exploração desses trabalhadores, corrobora na sociedade do consumo, seu papel social fundamental acerca da separação do lixo, contribui aos interesses econômicos das grandes empresas capitalistas conforme sinaliza Marx,

O valor, se desconsideramos sua expressão meramente simbólica nos signos de valor, existe apenas num valor de uso, numa coisa. (O próprio homem, considerado como mera existência de força de trabalho, é um objeto natural, uma coisa, embora uma coisa viva, autoconsciente, sendo o próprio trabalho a exteriorização material dessa força. Por isso, a perda do valor de uso implica a perda do valor. Com a perda de seu valor de uso, os meios de produção não perdem, ao mesmo tempo, seu valor, uma vez que, por meio do processo de trabalho, eles só perdem a figura originária de seu valor de uso para, no produto, ganhar a figura de outro valor de uso. Mas do mesmo modo que para o valor é importante que ele exista num valor de uso qualquer, também lhe é indiferente em qual valor determinado ele existe, como fica evidente na metamorfose das mercadorias. Disso se segue que, no processo de trabalho o valor do meio de produção só se transfere ao produto na medida em que o meio de produção perde, juntamente com seu valor de uso independente, também seu valor de troca. Ele só cede ao produto o valor que perde como meio de produção. A esse respeito, porém, nem todos os fatores objetivados do processo de trabalho se comportam do mesmo modo. (Marx, 2017, p. 280).

Neste sentido, sempre que uma nova produção é realizada, parte da matéria prima é transferida para o novo produto e ganha outro valor de uso. A reutilização de materiais recicláveis é uma forma de aumentar o mais – valor no sistema capitalista. O mais – valor é o valor excedente produzido pelo trabalhador além do necessário para cobrir seu salário, e é apropriado pelos capitalistas na forma de lucro (Marx, 2017).

No que tange, a lógica da expropriação do mais – valor, para Marx, o capitalista está continuamente em busca de maximizar o valor das mercadorias, o que leva a uma ‘’caça apaixonada ‘’ por lucro, às custas da expropriação do mais – trabalho, aquele valor que não é pago aos trabalhadores no teor do assalariamento. Essa busca incessante não se pauta nas necessidades humanas, mas por uma compulsão que o capital tem, de estar sempre em constante expansão, onde o capitalista é impelido a reinvestir cada vez mais o valor que acumula, intensificando a exploração da força de trabalho e as diversas expressões da questão social, que fogem do bem-estar humano digno (Marx, 2017).

Para desvelar a essência da sociedade burguesa, a partir da valorização, Marx se respalda no entendimento que a força de trabalho – capital variável – não é remunerada pelo valor final da mercadoria, mas sim, pelas necessidades que foram demandadas pela classe trabalhadora ao longo da história do sistema capitalista, como o Movimento Operário da Inglaterra, sob reação das expressões da questão social que assolou os trabalhadores na ascensão do capitalismo monopolista, descrita por Friedrich Engels em ‘*’A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*’’ (2008). Essas necessidades foram acirradas pelo desenvolvimento das forças produtivas, da maquinaria – capital constante – como Netto destaca,

[...] o capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica, todos eles desvelados pela crítica marxiana (Netto, 2009, p. 19).

A compreensão nos remete, na apreensão da crítica marxiana, crucial para tal entendimento do desvelar da realidade social, onde o processo exploratório capitalista, a partir do processo de valorização do capital, tem se colocado como um sistema incontrolável. Seus rebatimentos são severos a classe trabalhadora e sua superação é fato impossível nessa forma de sociabilidade.

Isso se torna vantajoso para o capital pois ajuda a reduzir os custos de produção, uma vez que os recursos são reaproveitados em vez de serem extraídos ou produzidos novamente, o que pode demandar mais tempo, energia e trabalho. Dessa forma, ao reduzir os custos dos insumos e materiais, os capitalistas podem aumentar a margem de lucro sem necessidade de aumentar o salário dos trabalhadores ou melhorar suas condições.

Desse modo o discurso em favor da contribuição ao meio ambiente perde a relevância, já que há uma priorização na manutenção e reprodução do capital, pois a reciclagem é uma forma de tornar a produção mais barata, o que permite ao capitalista continuar explorando a força de trabalho de maneira eficiente e apropriando-se de mais – valor.

Em se tratando das cooperativas, Luxemburgo destaca,

As cooperativas e sobre tudo as cooperativas de produção são instituições de natureza híbrida dentro do capitalismo: constituem uma produção socializada em miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista. Mas na economia capitalista a troca domina a produção; por causa da concorrência exige, para que a empresa possa sobreviver, uma impiedosa exploração da força do trabalho, quer dizer. a dominação completa do processo de produção pelos interesses capitalistas. Praticamente, isso traduz-se numa necessidade de intensificação do trabalho, de encurtar ou prolongar a sua duração conforme a conjuntura, de contratar ou dispensar a força do trabalho conforme as necessidades do mercado, numa palavra, praticar todos os métodos, sobejamente conhecidos, que permitam a uma empresa capitalista sustentar a concorrência das outras empresas (Luxemburgo, 1990, p. 26).

Assim, a forma de desenvolvimento que nos entrelaça no atual cenário, nos resguarda questionamentos da forma de vida do trabalhador bem como a garantia da “qualidade de vida plena” que esses sujeitos têm recebido por parte do Estado. A cooperativa de reciclagem, ao atuar dentro no sistema capitalista, enfrentam desafios que refletem a tensão entre a lógica do capital e as demandas sociais desses trabalhadores. Embora a reutilização de materiais recicláveis possa contribuir para o mais – valor ao reduzir custos com produção, é fundamental que tal espaço avancem além da lógica do capital. Pois, os trabalhadores muitas vezes vindos de contextos de exclusão social, demandam não apenas melhores condições de trabalho e uma remuneração justa, mas, fundamentalmente a necessidade de consciência de classe.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As especificidades da revisão bibliográfica que nos embasamos, a qual trouxemos aqui brevemente, deu-nos condições de tecer algumas conclusões preliminares a esse respeito; ou seja, as contradições existentes no modo de produção capitalista.

Desse modo, a discussão até aqui, nos apresenta a compreensão, sob o referencial marxiano, o qual nos embasamos, que o capital é um sistema incontrolável na acumulação de riquezas e tem seus equivalentes além das suas próprias necessidades básicas a sua reprodução, e se constitui através da exploração da força de trabalho.

Nota-se que, através das disparidades das políticas de empregos atuais, orientadas pelo capital neoliberal, corrobora na ampliação do desemprego, do trabalho informal e das expressões da questão social da classe trabalhadora.

Isto, nos leva a crer que, no plano imediato do desenvolvimento capitalista, o que se faz, é a necessidade emergencial que caberia ao Estado fomentar medidas que possibilitassem a garantia de direitos a classe trabalhadora, com vistas, que a forma que tem se feito, frente as demandas sociais existentes, nada contribui para reverter o quadro social vigente.

Ou seja, não se percebe um projeto que busque de fato diminuição da pobreza, e que culmine na diminuição da desigualdade social, questão a nosso ver, impossível neste modo de produção. Já que a busca que se tem, é a busca pelo consumo extrapolado, sem limites, o qual possibilita a dinâmica do sistema capitalista em sua estrutura, as mazelas paupérrimas são essenciais para a produção e reprodução do capital.

Desse modo, o trabalho na Coopervaí é a exploração da força de trabalho, nas relações sociais que se entrelaçam e consolidam cada vez mais a ‘’naturalização’’ da desigualdade social. Neste caso, através do desemprego e a informalidade, que são fatores imbricados ao pauperismo e necessários à ordem do capital, sequer contribuem para a consciência de classe desses trabalhadores.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Alves, Ana Karina da Silva; Oliveira, Amanda Modesto de. Estado, Capitalismo e questão ambiental: interfaces no trabalho dos catadores de materiais recicláveis. *In*: **II Semana de Economia Política Luta de Classes e Opressões: uma homenagem a Rosa Luxemburgo**. Fortaleza, 2013. Disponível em: https://semanaecopol.wordpress.com/anais-ii-sep/. Acesso em 16 ago 2024

Antunes, Ricardo. A centralidade do trabalho hoje. *In* **Sociedade E Estado - Trabalho: Crise e Reconstrução**, v. 11*,* nº 02, p. 281–294. Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UNB), Brasília: 1996. Recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/44124>, 2022. Acesso em 05 set 2024

Antunes, Ricardo. **O trabalho vivo deve ser substituído pelo trabalho morto.** Entrevistador Alexandre Putti, Carta Capital, 02 maio 2019. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/588790-o-trabalho-vivo-deve-ser-substituido-pelo-trabalho-morto-entrevista-com-ricardo-antunes>. Acesso em 07 set 2024

Engels, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. Trad. B.A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008.

Luxemburgo, Rosa. Os Sindicatos, as Cooperativas e a Democracia Política. **Reforma ou Revolução**. London, 2º ed, p. 21 - 25, 1900. Revisto em 1908. Disponível em <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_arq_interface/1a_aula/rosa_luxemburgo.pdf>. Acesso em 07 set 2024.

Mandel, Ernest. **O Capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultura, 1982

Marx, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Trad. R. Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017

Marx, Karl. Friedrich, Engels. **O Manifesto Comunista**. Trad. Maria Lúcia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996

Melo, Josimery Amaro de; Souto, Jackson Vital. Interfaces no trabalho dos catadores de materias recicláveis: relações complexas com o Estado e o Capital. **Temporalis**, Brasília –DF, v.11, n. 21, p.49 - 70, jan./jun. 2012. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/temporalis/issue/view/199. Acesso em 16 ago 2024

Miliband, Ralph. **O Estado na Sociedade Capitalista**. Trad. Fanny Tabak. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1972

Netto, José P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2009

Oliveira, Karine Carneiro de; Cavaignac, Mônica Duarte. Desemprego, informalidade e precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo. Anais **VI Seminário CETROS - Crise e Mundo do Trabalho no Brasil: desafios para a classe trabalhadora**. Fortaleza – CE: 2018. Disponível em: 425-51347-14072018-185256.pdf. Acesso em 05 set 2024

Pastorini, Alejandra. **A Categoria ‘’questão social’’ em debate**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 80 -116

Santos, Josiane S. **‘’Questão Social’’: Particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2017, p. 25-46

1. O presente trabalho foi realizado com apoio da Unespar, por meio de bolsa concedida à estudante Jessika Naftali de Andrade da Silva [↑](#footnote-ref-1)
2. Inerente ao capitalismo, a questão social é o conjunto de manifestações que definem as desigualdades existentes na sociedade, como a pobreza, violência, desemprego, dentre outros. Neste trabalho, aprofundamos o pensar crítico ao *pauperismo*, ou extrema pobreza, expresso enquanto uma de suas manifestações. Recomenda-se a leitura de *José Paulo Netto* ‘’Cinco notas a propósito da ‘’Questão Social’’, contida no livro *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*, 2011. [↑](#footnote-ref-2)
3. Criado por Henry Ford nos Estados Unidos, é um modelo produtivo desenhado para a indústria automobilística com o objetivo de aumentar a produtividade e, em contrapartida, diminuir os custos de produção. [↑](#footnote-ref-3)
4. Economista britânico, Keynes era membro do Partido Liberal e defendia que o Estado deveria intervir na economia sempre que for necessário. Tal intervenção tinha por objetivos evitar crises, desemprego em massa e aumento descontrolado da inflação, bem como garantir o crescimento econômico. [↑](#footnote-ref-4)
5. Professor titular de sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. [↑](#footnote-ref-5)
6. Para *Karl Marx* (1859), o trabalho humano é, antes de mais nada, atividade, movimento, sendo assim, o trabalho vivo é o trabalho humano, e trabalho morto, o trabalho de máquinas. [↑](#footnote-ref-6)